

TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: PROBLEMAS, PREMISSAS E PERSPECTIVAS TEÓRICAS

RURAL TOURISM AND SUSTAINABLE LOCAL DEVELOPMENT: PROBLEMS, ASSUMPTIONS AND THEORETICAL PERSPECTIVES.

ANDERSON ALVES SANTOS

Doutorando em Ciências Florestais pela Universidade Federal de Lavras/UFLA
Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Campus Formiga
alvessanto@gmail.com

VALDERÍ DE CASTRO ALCÂNTARA

Graduando do curso de Administração pela Universidade Federal de Viçosa - Campus de Rio Paranaíba
valderi.alcantara@ufv.br

EDSON ARLINDO SILVA

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras/UFLA
Professor Adjunto da Universidade Federal de Viçosa/UFV
edsonsilva@ufv.br

Recebido em: 13/12/2009

Aprovado em: 15/06/2010

ISSN 2175-5787

Resumo

Este artigo se pressupõe a promover um breve levantamento sobre a importância do Turismo Rural e como ele alavanca o desenvolvimento local, desde que seja bem planejado e que os atores locais onde esta atividade seja utilizada tenham consciência da sua importância, bem como da importância da preservação cultural e ambiental como forma de se manter a atividade turística aliada aos afazeres rurais, incrementando a arrecadação financeira da propriedade, sem com isso provocar o niilismo das tradições do *locus*, mantendo a fixação do homem em seu local de origem. Os arranjos produtivos locais, territórios produtivos e *clusters* serão mencionados como forma de melhorar a compreensão da questão sobre o turismo rural, suas propriedades e sobre a importância de se respeitar o *continuum* de um território e de se manter a cooperação entre os pares inseridos no mesmo.

Palavras-Chaves: Turismo Rural. Desenvolvimento Sustentável. APL.

Abstract

This article if estimates to promote a brief survey on the importance of the Agricultural Tourism and as it handspike the local development, since that either planned well and that the local actors where this used activity either has conscience of its importance, as well as of the importance of the cultural and ambient preservation as form of if keeping the allied tourist activity to the agricultural tasks, developing the financial collection of the property, without with this provoking the destruction of the traditions of *locus*, keeping the setting of the man in its place of origin. The local productive arrangements, productive territories and clusters will be mentioned as form to improve the understanding of the question on the agricultural tourism, its properties and on the importance of if respecting *continuum* of a territory and of if keeping the cooperation it enters the inserted pairs in the same.

Key-Words: Agricultural Tourism. Sustainable Development. APL.

1. INTRODUÇÃO

O Turismo Rural é entendido como o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (TROPIA, 1998). Já Cavaco (2001) entende que turismo no espaço rural é um tipo de turismo de espaços naturais e, sobretudo, de espaços humanizados, ativo ou apenas contemplativo, que assegura um regresso pela cultura.

De acordo com a definição dada pela Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais (SETUR, 2010), um Circuito Turístico compreende um conjunto de municípios com potencial turístico e relativa proximidade em determinada área geográfica, caracterizado pela predominância de certos elementos da cultura, da história e da natureza. A formação deste pressupõe a identidade e a associação entre os municípios, que unem atrativos, equipamentos e serviços, objetivando enriquecer as opções de visita e, conseqüentemente, aumentar a quantidade e a permanência de turistas na região, além de fomentar o trabalho, a renda e a qualidade de vida.

O turismo rural é um produto que atende a demanda de uma clientela turística atraída pela produção e consumo de bens e serviços no ambiente rural e produtivo. Para tornar um circuito turístico viável, é preciso que se tenha pelo menos uma cidade com infraestrutura suficiente para que os turistas sejam acolhidos e possam se deslocar, a partir dela, para outros pontos de visitação nos municípios de entorno.

O Turismo Rural é diferenciado dos outros tipos de turismo por permitir aos visitantes uma maior inserção no meio rural, promovendo um contato mais personalizado e, sempre que for possível, uma participação nas atividades desenvolvidas, nos usos e costumes de vida da população da localidade visitada.

Dentro do exposto o presente trabalho tem por objetivo promover um breve levantamento sobre a importância do Turismo Rural e como ele alavanca o desenvolvimento local, desde que seja bem planejado e que os atores locais onde esta atividade seja utilizada tenham consciência da sua importância e da importância da preservação cultural e ambiental.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Premissas do Turismo Rural

A história do turismo rural no Brasil é bastante recente e está relacionada com as diversas fases do processo de ocupação do território. As paisagens rurais brasileiras, assim como seus aspectos marcantes, se constituíram através dos chamados ciclos econômicos originando um diversificado patrimônio histórico e cultural. O ciclo do gado, que praticamente ocorreu em todo o território nacional, originou grandes rotas turísticas, um rico folclore e uma diversificada gastronomia. A cana-de-açúcar na zona da mata nordestina, o ciclo do ouro e do diamante em Minas Gerais e também a era do café na região sudeste são responsáveis por um valioso patrimônio arquitetônico urbano e principalmente rural.

Hoje muitas sedes de fazendas do autêntico período colonial têm acolhido várias pessoas interessadas nesta história e também em participar do cotidiano das atividades rurais. Segundo alguns estudiosos, não existem marcos precisos para datar o início desta atividade, principalmente em função da dimensão territorial de nosso país. Mas sabe-se também que a primeira iniciativa oficial, ou seja, com utilização do termo Turismo Rural, se deu em 1986 na fazenda Pedras Brancas no município de Lages (SC). Oferecendo pernoite e participação nas atividades típicas do meio rural, esta fazenda passou a acolher visitantes para usufruir "um dia no campo". Esta iniciativa se multiplicou ao longo do tempo e rapidamente vários lugares do território nacional implantaram esta alternativa como incremento ao desenvolvimento das populações rurais. Na Europa o Turismo Rural começou a se manifestar nos anos 40, principalmente em Portugal, França e Itália.

As terminologias ou os termos técnicos utilizados no turismo rural são bastante diversificados, variando inclusive entre países; nos casos da Alemanha, Holanda, Bélgica, Luxemburgo e França, por exemplo, as áreas rurais, na perspectiva turística, distinguem-se das cidades, das costas e das montanhas, estando intimamente ligadas a um povoamento disperso. Na Itália, embora haja semelhança do conceito, as áreas rurais incluem as zonas de montanha como parte do ambiente rural; e na França costuma-se definir espaço rural como as zonas com pequenos núcleos de população, onde se verifica uma certa tendência de contraposição entre os espaços rural e o cidadão. Na Espanha, Portugal e na Grécia o espaço rural está fortemente associado ao espaço agrícola, o que pressupõe uma forte relação do turismo rural com a agricultura. Grã-Bretanha e Irlanda vêem o campo como antônimo de cidade.

Santos (1993, p. 9) enfatiza o fim da separação tradicional entre o rural e o urbano, a partir do momento em que ocorre no país “uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas). No primeiro, os nexos essenciais devem-se, sobretudo, a atividades de relação complexa e, no segundo, a atividades mais diretamente produtivas”. Percebe-se que o autor se refere a “regiões agrícolas”, e não rurais, contendo cidades, e a regiões urbanas, contendo atividades rurais, o que resultaria em “áreas agrícolas contendo cidades adaptadas às suas demandas e (...) áreas rurais adaptadas às demandas urbanas” (SANTOS, 1993, p. 65).

Já no Brasil, de acordo com IBGE (2010), é considerada área urbana as sedes municipais, distritais e as áreas urbanas isoladas, enquanto as áreas rurais são as situadas fora destes limites, incluindo-se os aglomerados rurais. Por isso é mais conveniente assumir e usar a expressão “turismo em espaço rural”. No presente trabalho usar-se-á a expressão Turismo Rural, englobando as definições e os conceitos supracitados.

2.2. Contribuições do turismo rural

Em quase todo o Brasil o Turismo Rural exhibe um quadro de oportunidades de investimento que se apresenta bastante rentável e vem chamando a atenção de administradores públicos, que observam na nova atividade uma forma de diversificar a economia regional, atendendo, assim, as necessidades de incentivo ao desenvolvimento e ao fortalecimento da agropecuária de caráter familiar. Cabe ressaltar que o Turismo Rural carrega em si uma extraordinária força econômica, uma vez que gera divisas para a região, impacta positivamente a economia local e ainda pode contribuir de maneira singular para a preservação ambiental e para a melhoria da qualidade de vida das populações do interior. Tudo isso, sem falar na possibilidade maior da reversão do êxodo rural. No rastro social do êxito vivido pela grande maioria dos empreendedores do Turismo Rural brasileiro, vem a valorização do afazer do pequeno produtor rural, sua autoestima resgatada, a perspectiva de ocupação trazida aos seus familiares e agregados, bem como a segurança de sua fixação no torrão natal.

Dotado de paisagens e patrimônios culturais variados, o campo oferece a criação de uma diversidade de diferentes formas de atividade, propiciando ao turista um contato direto e a participação nas atividades rurais e nos usos e costumes da população local. No Turismo Rural existem três ações de suma importância para se promover o desenvolvimento local:

gerar empregos e rendimentos; promover a criação e melhoria de infraestruturas; e atuar como catalisador de trocas e de sinergia entre o urbano e o rural.

O primeiro desafio a ser vencido é tornar clara a opção pelo Turismo, como expressão do conjunto da comunidade, como fator de desenvolvimento local e regional, certificando-se que muitas alterações, positivas e negativas, poderão ocorrer no cotidiano. É ao morador local que competirá conviver e estabelecer prioridades sociais, culturais e econômicas decorrentes. É forçoso reconhecer que o progresso do setor, nos últimos anos, deve-se muito mais à decorrência de programas e iniciativas isoladas do que a uma atuação coordenada que reflita claramente seus benefícios socioeconômicos, culturais e humanos. A partir do momento em que se instala uma unidade familiar ou um grupo social pequeno, inicia-se um processo de alteração na ocupação e organização territorial, que adquire uma dada força: as ações futuras terão mais sucesso se puderem apoiar-se nessa força; terão mais dificuldades se pretenderem contrariá-la. Isto é válido para toda a escala territorial: do local ao continental.

Não se pretende aqui fazer a história ou a avaliação das políticas de ordenamento do território nem sequer a partir do momento em que a terminologia e o conceito se instalam entre os presentes, na sequência do processo de fomento econômico, baseado na industrialização, que foi necessariamente provocar profundas alterações na ocupação e organização do território. Por isso, os governos que pretendam dinamizar uma estratégia de ação para ele, devem congregiar todos os esforços disponíveis a fim de inseri-los nos objetivos básicos de planejamento global, integrando o Turismo Rural efetivamente às demais atividades produtivas da economia.

Além disso, é possível também oferecer serviços e produção de bens agrícolas, como maneira de agregar valor à produção “normal e comum” da propriedade, e tantas outras manifestações mais comuns em centros urbanos ou em locais de turismo massificado, como por exemplo: queijos frescos, doces, manteigas, frutas da época, verduras e legumes, passeios em reservas naturais e tantos outros. Estas melhorias podem ser expressas quer em termos financeiros, quer pela contribuição que dão para:

- Sustentação do rendimento dos agricultores;
- Diversidade das atividades ligadas à exploração agrícola;
- Sobrevivência dos pequenos agregados populacionais
- Manutenção, criação e diversificação de empregos, em particular dos agricultores em tempo parcial;

- Desenvolvimento de novos serviços (de informação, transporte, comunicação, animação, etc);
- Revitalização das coletividades, através do surgimento de novas dinâmicas, ideias e iniciativas.

Dessa forma o Turismo Rural surge como uma alternativa de melhoria nas condições de vida e de trabalho no meio rural, visto que as comunidades rurais estão mais bem conscientizadas de que seu desenvolvimento, em que amplitude for, depende unicamente de seus esforços, e que eles devem promover e viabilizar recursos locais em atividades econômicas competitivas, como forma de alavancar uma melhoria de vida e de ganhos monetários que ajudem na manutenção do *locus* rural.

A opção pelo turismo receptivo é legítimo e justo, enquanto entrada de divisas. O que o planejamento precisa encontrar são mecanismos de fixação destas divisas nas regiões visitadas, nos pólos receptores, pois se sabe que muitas vezes o capital que circula através do turismo volta ao país de origem (CORIOLANO, 1999, p. 32).

Entretanto, como resultado de vários fatores (envolvente externo, transformações no sistema produtivo, prevalência da eficácia das políticas setoriais sobre as regionais, novas realidades sociais, políticas e econômicas...), foram ocorrendo não apenas inovações e mudanças na produção teórica relevante, como também nas atitudes de políticas e de técnicas.

A expansão do Turismo leva a novas estratégias de negócios. E nesse contexto aparecem os proprietários rurais que, pelas dificuldades do cotidiano, se encontram na alternativa de enfrentar as mudanças sociais, econômicas e culturais, assumindo papéis de empresários. Essa nova geração de empresários do setor rural, agora denominada estrategistas, procura novas metodologias administrativas para criar novos programas e projetos para o meio rural. A ação empreendedora está justamente na capacidade de identificar oportunidades de negócios que possam ser implementadas no momento apropriado e de forma viável, tanto no que diz respeito a recursos financeiros como humanos. As oportunidades surgem no mercado dentro das seguintes situações:

- Existe uma escassez de um produto ou serviço;
- Pode-se melhorar a oferta de um produto ou serviço;
- Pode-se fornecer um novo produto ou serviço.

Deve-se avaliar e escolher quais são as “oportunidades” que oferecem mais vantagens e são realmente factíveis, uma vez que sempre objetiva-se ao lucro, seja este econômico ou social.

O Turismo Rural seja em que modalidade for – ecológico, de observação, cultural ou de negócios – é uma atividade que une a exploração econômica à valorização do ambiente rural e da cultura local. Planejar é fazer uso de um sistema de ideias organizadas racionalmente, para determinar o que fazer para quem fazer, com quais objetivos, em que circunstância, quais os meios e instrumentos que facilitam este fazer, neste caso para o Turismo. Conforme salienta TROPIA (1998, p. 18) afirma que bem planejado, o Turismo no meio rural pode aparecer como uma forte alternativa econômica. O que normalmente acontece é que as pessoas introduzem a atividade turística sem deixar a produção, buscando apenas uma nova alternativa para ganhar dinheiro. No Quadro 1, sem finalidade de extinguir ou ordenar, mostra-se um comparativo, com a pretensão de apenas exemplificar e/ou sugerir um aprofundamento:

Quadro 1: Velhos e novos métodos no Turismo Rural

Velhos métodos	Novos métodos
Equilíbrio	Competição
Hierarquia/pólos de crescimento	Redes de complementaridade e sinergia
Desenvolvimento	Crescimento
Aproveitamento de recursos/produção	Ambiente
Cidades competitivas (fim do rural...)	Harmonia rural/urbano
Solidariedade social	Solidariedade territorial
Produtividade	Trabalho (emprego, ocupação...)
Educação	Capacitações
Férias e feriados	Tempo livre/lazer
Consumo hoje	Aforro para amanhã
Individualismo	Convívio/sociabilidade
Realização	Preservação
Projetos nacionais	Visões localistas em projetos nacionais

Fonte: Adaptado pelos autores.

Percebe-se que nem sempre há um corte nítido, mas sobreposição de valores de antes e de depois. Gallero (1998, p. 227), argumenta que

Recurriendo al termino globalizador de turismo rural, debemos distinguir, en primer lugar, en base a la actividad predominante en los establecimientos: agropecuaria, agropecuaria intensiva y hortícola. (...) Parece interesante detenerse en la variedad de oferta de actividades que incrementan el valor agregado de los mayores establecimientos: paseos ecuestres o en vehículo, (...), participación en faenas rurales (GALLERO, 1998, p. 227).

E conclui afirmando:

Si bien el sector agropecuario, mantuvo tradicionalmente lazos con el mercado internacional de productos agropecuario, en esta oportunidad encuentra las bases de su readaptación, modernización o reconversión en una gestión cuyos mejores los logra en base al turismo interno. (...) Se reconoce un dominante cuidado por preservar las condiciones ambientales preexistentes en la medida ñeque constituye un atractor de sectores sociales con ciertas exigencias en ese plano. Se trata de un turismo con base local, en tanto descentraliza los flojos más frecuentes, sin embargo, la actividad se desarrolla en puntos del territorio y los beneficios non se vuelcan a una comunidad – la case totalidad del gasto del turista se efectúa al interior del establecimiento – sino fundamentalmente al empresario y su familia (GALLERO, 1998, p. 228).

Falar em turismo é falar em competitividade. Todos os países acreditam no potencial da atividade turística como fonte geradora de renda. As tendências mundiais apontam para uma diversificação dos mercados, satisfazendo os mais variados motivos que levam pessoas a se deslocarem. Assim, o produto turístico cada vez mais estará voltado a atender as expectativas da demanda, e a qualidade é o diferencial que possibilitará a “sobrevivência” no mercado. Neste contexto, o Turismo Rural surgiu como um segmento de extrema força e passou a ser visto como um outro tipo de turismo, também denominado de alternativo ou de turismo de natureza, em contraponto ao turismo de massa.

O Turismo Rural constitui uma atividade geradora de desenvolvimento econômico para o mundo rural quer por si só, ou através da dinamização de muitas outras atividades econômicas que dele são tributárias e que com ele interagem. Nas zonas rurais, onde esta atividade tem se desenvolvido com maior impacto, já é possível constatar a contribuição positiva para a melhoria da economia rural. A convergência real entre as economias, só será possível com ações nos domínios dos recursos humanos, do tecido produtivo e das infraestruturas.

O desenvolvimento regional permitirá um dos grandes desígnios regionais, que é a promoção da coesão econômica e social, tanto no interior do País, como em relação às outras regiões. Este desenvolvimento terá que ser avaliado através das melhorias na qualidade de vida das populações e do fortalecimento das bases econômicas regionais. O desenvolvimento regional deverá processar-se de tal ordem que permita maximizar o desenvolvimento do País, cuja avaliação terá os pressupostos enunciados.

Mas o desenvolvimento regional não deverá ser medido através de indicadores como densidade demográfica ou maximização do aproveitamento dos recursos endógenos, mas sim

através de índices compostos que tenham em conta a qualidade de vida das populações, a produtividade, o fortalecimento do tecido econômico. Em certas situações o desenvolvimento de uma região pode implicar uma adequada política de despovoamento /redimensionamento demográfico e adequação do povoamento, bem como a substituição de atividades com base em recursos endógenos, que não conseguem ser competitivas e que impedem o aparecimento de alternativas (caso da agricultura intensiva X agricultura extensiva, pecuária, floresta).

O fato é de relevância porque o Turismo pode transformar-se numa opção de renda ao produtor rural. Realiza, a partir de um projeto na área de turismo, o aproveitamento da propriedade com outra atividade lucrativa. Esta atividade econômica pode ajudar a manter o produtor no campo, gerar novos empregos e renda, e, se há instalação de rotas turísticas, as possibilidades de sucesso do empreendimento são grandes” (ETGES, 1998, p.196).

Nas palavras de Etges (1998), o comprometimento da comunidade é um pressuposto para o sucesso, cabendo ao poder público municipal o apoio na estrutura, sinalização e divulgação.

2.3. Turismo de base local e o desenvolvimento

Nas A ordenação do território é a arte de adequar as pessoas e a produção de riqueza ao território numa perspectiva de desenvolvimento. Como é do conhecimento geral, a correta ordenação do território situa-se na intersecção de três eixos vitais do desenvolvimento: o da eficácia, o da equidade e o do ambiente; tendo presente que os seres humanos, as comunidades locais, regionais e até nacionais, são os destinatários últimos das ações a serem empreendidas - sem nenhuma exceção.

Assim, a convergência real deverá ser igualmente sentida em qualquer daqueles níveis: de que serve aproximar as regiões, abstratamente, se monta, barreiras entre as suas parcerias? De que serve um desenvolvimento regional "equilibrado", se as diferenças sociais se acentuam?

Convergência e desenvolvimento regional quase sempre se confundem enquanto objetivos, pois muitas vezes o desenvolvimento está no caminho da convergência. E para que ambos possam fluir, é de bom tom que o local esteja arrumado: na economia e na ecologia. Promover o desenvolvimento sustentado do Turismo, aliado ao desenvolvimento local, é a melhor forma de garantir a integridade ambiental, estimulando o desenvolvimento sem perder a identidade cultural e social.

A forma de se prover a orientação da ocupação do espaço, gerada pelo sistema capitalista, privilegia as classes dominantes oferecendo vantagens aos grandes produtores rurais, que podem ser desde facilidade de financiamentos até acesso a tecnologias de ponta

para apoiar a produção, justificando assim o desenvolvimento do Turismo Rural para que os pequenos produtores sejam beneficiados também, isto através da diversificação de atividades no campo, desenvolvendo um conceito de sustentabilidade com justiça social visando proporcionar melhores condições de vida no campo. Mas o que vem a ser ‘desenvolvimento’? Se observada a etimologia da palavra, perceber-se-á que quer dizer envolvimento ao contrário; ou seja, fazer crescer, libertar, expandir, apoiar melhorias.

Conforme salienta Tulik (1998), a preocupação com a prática e com a realidade do turismo nas zonas rurais têm levado a resultados positivos promissores, revelando avanços na abordagem de temas que incluem a oferta de atrativos, de bens e de serviços, as condições de aproveitamento da mão-de-obra local, a avaliação do fluxo e as características de demandas segmentadas, as relações do turismo com o espaço agrário, os relatos de experiências bem ou mal sucedidas, a situação do Turismo Rural observada em lugares e escalas, bem como alertas sobre a importância do planejamento e do desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento conservacionista e sustentável deve congrega interesses do setor turístico e das populações inseridas em comunidades onde existam estas ofertas turísticas; sendo de vital importância o se pensar no respeito a estas comunidades locais e na preservação de sua cultura, mediante a adoção de uma postura ética, fazendo com que a responsabilidade ética não se restrinja somente aos turistas, mas também à população receptora. De acordo com a citação de Kotler (2001), as responsabilidades sociais são atribuições que a sociedade estipula para instituições, tendo por objetivos definir algumas obrigações relacionadas à preservação do meio ambiente, dos direitos das minorias e dos direitos das populações estabelecidas (nativas ou não).

Coriolano (1999, p. 22) argumenta da seguinte maneira:

Acredita-se que deve anteceder à idéia de turismo sustentável a de desenvolvimento sustentável. Contudo, numa sociedade onde o desenvolvimento tem sido confundido com simples crescimento econômico, há que se questionar o que na verdade se pretende sustentar. Sustentar a produção, o lucro, a acumulação ou sustentar a vida, os valores humanos, a equidade, as relações de amizade entre os povos, as diversidades das culturas, a qualidade de vida humana, o respeito e a confiabilidade dos povos em contato, as economias locais, a salubridade ambiental dos espaços turísticos visitados? (CORIOLANO, 1999, p. 22).

Os custos sócio-ambientais e culturais provenientes do turismo sem responsabilidade são evidentes, visto que o reconhecimento e a promoção de inúmeras culturas ocorrem normalmente, sem um estudo minucioso dos recursos existentes. Percebe-se, portanto, uma

‘padronização’ de tradições sócio-culturais sem uma clara distinção das características da população receptora. Se observada a história econômica mundial, percebe-se nitidamente que o desenvolvimento não se deu de forma homogênea, em função dos modelos adotados mundialmente para reprodução de capital, que ainda hoje é muito segregador – privilegia algumas áreas implementando projetos desenvolvimentistas, em detrimento de outras, talvez ‘menos nobres’. Assim sendo, o Turismo Rural foi encarado como uma área marginalizada, pois o discurso clássico se firmava mais no processo industrial, dando uma ênfase maior na cidade, no urbano. Ao campo era designado um papel secundário, de prover às ‘urbes’ e aos ‘urbanos’ matéria-prima, alimentos, água potável e outros bens.

Silveira (2001, p. 138), acredita que como em outros países, no Brasil o Turismo Rural também vem sendo adotado como um dos instrumentos da política de desenvolvimento de localidades rurais, conforme demonstra a atitude do governo federal ao incluí-lo nas Diretrizes, Estratégias e Programas da Política Nacional de Turismo, como uma das atividades estratégicas a serem usadas para diversificar o produto turístico nacional. Da mesma forma como nos outros países, aqui o Turismo Rural também é considerado uma atividade que pode contribuir para colocar em prática o conceito de desenvolvimento local com sustentabilidade.

Para sua implementação como um projeto de desenvolvimento é necessário entender a dinâmica dos grupos e organizações envolvidas, reduzindo-se as margens de erro e os riscos às populações. O desenvolvimento local não pode ser visto apenas como um sinônimo de crescimento econômico, pois a história nos mostra que o crescimento econômico nem sempre representa a melhoria na distribuição de renda e de outros indicadores sociais. Para que ele ocorra de forma sustentável e equilibrada socialmente, necessário se faz o envolvimento dos poderes públicos, empresários e população local.

Desenvolvimento sustentável seria então o desenvolvimento que, ao contrário das concepções tradicionais, pressupõe uma forma de viver e agir, em que a finalidade da produção e do consumo é proporcionar o bem-estar da maioria da população, provocar um impacto menor no meio ambiente, através de novas formas de conhecimento sobre a relação homem/natureza (FIGUEIREDO, 1999, p.39).

Ainda de acordo com Figueiredo (1999), o conceito de desenvolvimento sustentável não implica a ideia de não-desenvolvimento ou desenvolvimento zero; muito menos pressupõe apenas a necessidade de se deter o consumo excessivo. De fato, esse conceito pressupõe um desenvolvimento que se auto-sustente, através da preocupação com a

capacidade de suporte da natureza, e ainda transferindo a noção de desenvolvimento econômico para uma visão mais geral que inclua a natureza, as culturas, enfim, um desenvolvimento sócio-econômico equitativo e holístico.

2.4. Desenvolvimento na atualidade

Entender-se-á por sustentabilidade, no presente trabalho, o desenvolvimento que promova a satisfação de nossas necessidades atuais, sem comprometer a capacidade de, no futuro, as pessoas satisfazerem as suas, embora este conceito possa fazer surgir contradições, pois as nossas necessidades atuais não estão sendo satisfeitas; e envolve o meio ambiente, a população residente local e a autóctone, a preservação cultural, bem como os sistemas econômicos. Sachs (1993 apud Figueiredo, 1999) acredita que o conceito de desenvolvimento deve engendrar uma gama maior de aspecto, de dimensões; e arrola sobre os vários tipos de sustentabilidade: Sustentabilidade social - representa uma distribuição de renda e de bens e reduz abismos entre padrões de vida; sustentabilidade econômica – privilegia a alocação e o gerenciamento mais eficiente de recursos; Sustentabilidade ecológica – pressupõe um relacionamento entre o consumo humano e a natureza, diminuindo a poluição, o uso de energia, a produção de lixo (ou reciclando), Sustentabilidade espacial – expressa principalmente nas as relações entre o mundo rural e urbano, combatendo a concentração excessiva nas áreas metropolitanas e, por fim, a Sustentabilidade cultural, que valorize, através da etnociência, outras formas de relação homem/natureza e de diversas culturas.

A partir dos anos 80 intensifica-se o debate sobre as possibilidades da gestão local do desenvolvimento, tanto em países europeus e norte-americanos, como na América Latina. Conjugam-se vários fatores que explicam a emergência do tema. Por um lado, a crise fiscal do estado, associada aos processos de descentralização, impulsiona uma tendência dos governos locais como agentes de renovação das políticas públicas. Tendência esta, também reforçada pelo processo de re-configuração dos padrões de produção e pelo aprofundamento da internacionalização dos fluxos de capital. Por outro lado, os últimos processos, que expressam um alto desenvolvimento tecnológico, trazem no seu bojo um aumento substancial do desemprego, de caráter estrutural, o qual pressiona os governos locais a buscar alternativas para enfrentar o problema, criando soluções ‘inovadoras’, mas que nem por isso demandem um alto investimento financeiro para sua implantação. A isso será chamado “desenvolvimento auto-sustentável”, que seria uma expressão do pensamento pós-industrial, caracterizado por ideias de sociedade autônoma, democrática e igualitária.

Qualquer tipo de discussão a respeito do processo de desenvolvimento no Brasil, nos remete a uma necessária compreensão do conceito de desenvolvimento em seu sentido mais amplo, que não inclua apenas os aspectos econômicos, mas também os sociais, ambientais e culturais. O homem e suas relações econômicas, sociais e ambientais é o elemento central quando o assunto converge para o desenvolvimento, pois essas relações provocam mudanças na área de provimentos das necessidades humanas e causam diferentes e profundos conflitos, conforme argumentam Oliveira & Moura Filho (2002).

De acordo com Sen (2000), o desenvolvimento é definido como a evolução das sociedades no sentido de aumento das liberdades fundamentais em que o crescimento econômico é só uma parte, em geral, imprescindível, do processo. Desta forma, para que se entenda a importância do Turismo Rural como fator de desenvolvimento local, deve-se observar que, para que o desenvolvimento propiciado pelo Turismo Rural possa ocorrer, faz-se *mister* a observação de algumas ‘regras prioritárias’ quando da elaboração do chamado modelo turístico, evitando o hiato existente entre a preservação do *modus* de vida dos atores locais e a importância de se viabilizar economicamente a região, pois o Turismo, com amplas características inter-setoriais, tem relações estreitas com outros ambientes, resultando em um sistema aberto e de grande amplitude com os demais setores da economia. Algumas dessas ‘regras’ são:

- Promover equilíbrio entre o ecológico, o sócio-econômico e o cultural na região;
- Incentivar a criação de uma fonte extra de rendimentos para a população;
- Diversificar as atividades econômicas, como forma de agregar valor ao empreendimento;
- Incentivar o intercâmbio entre populações e culturas; etc.

O impacto deste tipo de produção turística é menos imediato do que a indústria tradicional, por exemplo. Tem, entretanto, a vantagem de consolidar uma estrutura econômica sólida, se for mantida viável, através da preservação do que for implantado. Em longo prazo, os benefícios trazidos pelo Turismo Rural serão muitos, tanto sociais quanto econômicos. A participação da comunidade durante o processo, direta ou indiretamente, colaborará para que esses benefícios sejam ainda maiores.

As pessoas que participam de programas, projetos ou outro tipo de ação em zonas rurais, necessitam ter um mínimo conhecimento das interpretações que existem sobre o ser humano que habita tais entornos e com respeito aos recursos e meios que os sustentam. Também devem conhecer as razões que explicam seu próprio comportamento como

valorização de um meio que pode ser totalmente aleatório ou próprio. O conhecimento destes antecedentes facilitará a valorização de seu trabalho, sobretudo se se aceita que toda valorização ou diagnóstico de um âmbito (microrregião ou município) equivale a uma confrontação de culturas ou de linhas de pensamento diferentes.

Uma linha que provém da formação do profissional como indivíduo valorizado e outra linha que provém da pessoa ou grupo de pessoas valorizadas. Cada uma dessas linhas de pensamento tem origem cultural que as caracteriza. As pessoas que pertencem às zonas rurais têm sua própria ‘nacionalidade’, formada e cunhada por inúmeros anos de residência no lugar. O Turismo Rural apresenta uma gama diversa de modalidades, não estando limitado a um só tipo de atividade e também não deve ser encarado como substituto da produção tradicional no campo, mas sim servir como um incremento de opções produtivas, complementando a renda dentro da agricultura familiar.

2.5. Turismo rural e o território produtivo

Para se compreender o significado e a importância de um território produtivo, deve-se, em primeiro plano, compreender o que é globalização e como ela interfere no modus de produção e no locus humano.

A globalização pode ser entendida tanto como um fenômeno microeconômico restrito aos movimentos na divisão do trabalho, da organização empresarial, dos mecanismos de distribuição dos produtos quanto sua inserção nas grandes redes financeiras internacionais; ou também como produto do multilateralismo decorrente das negociações na Organização Mundial do Comércio. Assim sendo, a globalização pode ser definida como sendo uma atividade econômica real ou financeira, desenvolvida independentemente dos recursos específicos dos diferentes países. A globalização da economia está alimentada pelo desenvolvimento das tecnologias da informação, pela abertura de novos mercados onde os salários são baixos, e pela mobilidade do capital financeiro que escapa a qualquer controle nacional.

É a internacionalização da economia porém, que cria a necessidade de uma empresa globalizada, que se torna possível pelo avanço tecnológico na informática e nas telecomunicações, pelas mudanças no modelo de gestão empresarial, tornado obsoleto pela necessidade que tem a firma de adaptar-se às exigências da nova divisão internacional do trabalho e, pelos processos de desregulamentação do estado e as mudanças nas políticas comerciais e de inserção internacional dos diferentes países.

O processo de globalização pode funcionar melhor num espaço onde as políticas econômicas são convergentes e não no mundo formado por blocos, desta forma o novo desenho das políticas públicas a nível mundial contribuíram em muito para a consolidação do processo. É impossível para as empresas concorrer em condições de igualdade sem um mínimo de globalização do setor público. De acordo com AGUDELO (1997), as medidas de desregulamentação, abertura comercial, regionalismo aberto, e as decorrentes dos programas de estabilização e ajuste estrutural adotadas para atingir maior eficiência, competitividade e flexibilização da estrutura produtiva, foram fundamentais para que o fenômeno da globalização fosse incorporado nos países em desenvolvimento.

Isso implica que o processo de globalização tem como consequência a crescente desterritorialização da atividade econômica, tornando-a menos dependente dos recursos, práticas e interdependências de um local específico. (STORPER, 1994). Isso não significa que não seja possível a existência de um forte grau de internacionalização do capital produtivo e financeiro, com um elevado grau de dependência territorial, o que alguns analistas denominam de mundialização do capital. Dessa forma, percebe-se a importância do território, que dentro do Turismo também pode ser entendido como arranjo produtivo, circuito ou *cluster*; o que, de certa forma, tem o mesmo significado, sendo o mais interessante o desenvolvimento destes e das comunidades participantes dos mesmos.

No contexto mundial atual, a existência de inúmeros sistemas de produção, que estejam regionalmente concentrados, demonstram que a dimensão local vem assumindo uma importância cada vez maior no processo de desenvolvimento. No caso do Brasil, em virtude de suas dimensões territoriais, da heterogeneidade espacial da economia e da existência de profundas desigualdades dentro e fora das regiões, torna-se cada vez mais necessária a implementação de ações que induzam o desenvolvimento local.

De fato, com base em avaliações de *experts* de vários países, percebe-se os efeitos positivos de aglomerações econômicas em um determinado espaço territorial para o processo de desenvolvimento econômico e social em geral. A constatação de que as economias externas de aglomeração elevam a competitividade das empresas e impulsionam o desenvolvimento vem se refletindo nas políticas públicas, que passaram a desenhar ações horizontais, orientadas para a promoção do desenvolvimento local e tendo como foco as relações entre as firmas e as demais instituições situadas em espaço geográfico delimitado, ao contrario de empresas individuais.

Neste contexto ganharam destaque as ações dos Arranjos Produtivos Locais. A percepção atual é de que são necessárias ações orientadas para a constituição e o fortalecimento destes no país, objetivando o fortalecimento da cooperação. Estes Arranjos podem ser entendidos como aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, que apresentam, real ou potencialmente, vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem.

O espaço econômico é definido como a união do espaço matemático e o espaço geográfico. No primeiro se relacionam as variáveis abstratas, e no segundo se localizam as atividades humanas ligadas à transformação da natureza, à preservação do meio ambiente e da biodiversidade. No espaço econômico se situam as relações técnicas e de comportamento humano que são geograficamente localizadas.

Conforme definidas por Storper (1994), uma atividade é tida como territorializada quando sua efetivação econômica depende da localização, sendo esta específica de um lugar determinado, o que significa que esses recursos não podem ser encontrados em outros lugares ou fabricados artificialmente. O fato de o recurso ser específico de um lugar, não implica necessariamente em atividades ligadas ao território, por causa da inserção em redes de relacionamento com outros centros territorializados (ou seja, a outras regiões) devido à internacionalização e por causa da globalização que os relaciona com partes desterritorializadas dos sistemas de produção, distribuição, marketing e consumo.

Arranjos produtivos, de acordo com o Sebrae (2003), são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Um Arranjo Produtivo Local, ainda de acordo com o Sebrae (2003), é caracterizado pela existência da aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal. Para isso, é preciso considerar a dinâmica do território em que essas empresas estão inseridas, tendo em vista a quantidade de postos de trabalho, faturamento, mercado, potencial para crescimento, diversificação, entre outros aspectos. Por isso, a noção de território é fundamental para a atuação em Arranjos Produtivos Locais. No entanto, a idéia de território não se resume apenas à sua dimensão material ou concreta. Território é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam em um

determinado espaço. Nesse sentido, o Arranjo Produtivo Local também é um território onde a dimensão constitutiva é econômica por definição, apesar de não se restringir a ela.

Portanto, o Arranjo Produtivo Local compreende um recorte do espaço geográfico (parte de um município, conjunto de municípios, bacias hidrográficas, vales, serras, etc.) que possua sinais de identidade coletiva (sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais ou históricos). Para Porter (1998), *Clusters* são concentrações geográficas de organizações e instituições de um certo setor, abrangendo uma rede de indústrias inter-relacionadas e outras identidades importantes para a competitividade. Já Vilela (1999), acredita que um *cluster* é uma forma mais ampla de atuação em rede, na qual a proximidade das empresas e instituições assegura certas formas de ações em comum e incrementa a frequência e o impacto das interações.

De acordo com Mendonça *et al* (2002), pelas características que apresenta, o *Cluster* é a forma mais adequada às características da indústria do Turismo e especificamente ao Turismo no espaço rural, que demanda integração, coordenação e cooperação. Desta maneira ele poderá ser visto como uma forma de amenizar problemas como subdesenvolvimento regional, desvalorização de pequenas e médias propriedades e outros. Daí a necessidade de se manter, preservar e investir na territorialização do turismo, do Circuito ou do *Cluster* Turístico, como forma de preservação cultural, ambiental e econômica, para que a população local possa ter condições de promover uma melhoria de sua qualidade de vida

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso um cenário que contemple, na realidade, a dimensão do idealismo, que deve sempre direcionar o querer dos homens. Mas esse cenário não poderá ou não deverá contar com as tendências passadas, embora existam condições para que se verifique a inversão de algumas orientações na organização do território.

O mais importante, ou até mesmo fundamental, na implantação de políticas públicas é constituir instituições que reflitam o esforço reflexivo que se acumula na sociedade sobre a necessidade de incorporar mudanças. O que significar construir, em primeiro lugar, uma parceria com três vértices: as iniciativas privada e pública (em todas suas três esferas) e as academias que acumulam uma reflexão crítica sobre o Turismo enquanto uma atividade econômica. Pois, o simples ato de se criar órgãos setoriais, que tenham ações apenas

administrativas, não é suficiente para dotá-lo de uma cultura que reflita as tendências e os anseios de um segmento.

Em segundo lugar, unificar, sem centralizar, ações que ocorrem em todo o Estado em defesa do Turismo e se possível integrá-las a partir de uma visão nacional. Essa unificação faz-se necessária para dotá-las de uma estratégia – ou de estratégias - nacionalmente concebida por meio de um profissionalismo que dispensa intervenções voluntaristas e provincianas, evidentemente respeitando todo conteúdo regional que valorize o local.

Assim, acredita-se que o Turismo, e principalmente o Turismo Rural, possa vir cumprir uma missão que já é desempenhada em outras áreas do planeta, a saber: provedor de lazer; desenvolvimento local e de integração social. É importante investir na operacionalização de um modelo que permita, a cada momento, avaliar as consequências territoriais das decisões na esfera econômica e social. Um modelo cuja arquitetura e alimentação sejam continuamente melhoradas, devendo permitir a inclusão de alterações em domínios tão sensíveis como os impactos ambientais, a mudanças tecnológicas ou alternativas energéticas.

Existem diferentes e frequentes conflitos de interesse sobre o uso de recursos, o que significa que na prática pode ser necessário abrir mão de vantagens e estabelecer compromissos, sempre visando o bem maior do território. O balanço de custos e benefícios nas decisões sobre diferentes cursos de ação devem abranger até a verificação de quanto os diferentes indivíduos e grupos ganharão ou perderão, se for o caso. Deve-se organizar o projeto de forma a estar relacionado diretamente com o debate do desenvolvimento sustentável aliado aos conceitos de educação e preservação ambiental, valorizando o ambiente natural e a cultura local, resgatando o regionalismo, permitindo desta forma a integração do visitante com o meio rural.

Atividades internas à propriedade, que geram ocupações paralelas às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidades, devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc.), a partir do ‘tempo livre’ das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa.

São exemplos de atividades associadas ao Turismo Rural: a fazenda-hotel, o pesque-pague, a pousada, o restaurante típico, as vendas diretas do produtor, o artesanato, a

industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um 'estilo de vida dos moradores do campo'.

Desta forma, faz-se pertinente a elaboração de projetos que objetivem o desenvolvimento e elaboração de um projeto de Turismo Rural para os municípios, onde se demonstrem alternativas que valorizem produtos e serviços possíveis no universo do campo. Estes fatores incorrem diretamente na melhoria da qualidade de vida do pequeno produtor rural, se tornando um projeto de cunho social e econômico.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUDELO, H. **Integração, regionalização e globalização**. UEM, Maringá, Mimeo. 1997.
- CAVACO, C. **Turismo rural e desenvolvimento local: turismo e geografia**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. Turismo sustentável: uma nova proposta de planejamento turístico. In: FIGUEIREDO, S. L. (org.) **O Ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- ETGES, V. E. Turismo rural: uma alternativa de desenvolvimento para comunidades rurais. In: CRUZ, L. C. (org.) **Da cidade ao campo: a diversidade do saber – fazer turístico**. Fortaleza: UECE, 1998.
- FIGUEIREDO, S. L. **Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1999.
- GALLERO, A. L. Los establecimientos rurales en el turismo Del Uruguay. In: CRUZ, L. C. (org.) **Da cidade ao campo: a diversidade do saber –fazer turístico**. Fortaleza: UECE, 1998.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 de Dez. de 2010.
- KOTLER, P. Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle. In: BANDUCCI JR, A.; BARRETO, M.(orgs.) **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas; Papyrus.
- MENDONÇA, M. C. A.; BATALHA, M. O.; SANTOS, A. C. Turismo no espaço rural: debate e tendência. **Revista de Administração da UFLA**, Lavras, v.4,n.1,p.23, jan./jun. 2002.
- OLIVEIRA, E. R.; MOURA FILHO, J. A. Desenvolvimento local e sustentabilidade: cidadania em construção. **Revista de Administração da UFLA**, Lavras, v.4, n.1, p. 23, jan./jun.2002.

PORTER, M. E. **Cluster e a nova competição econômica**. Belo Horizonte: McKinsey & Company, 1998.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SEBRAE. Termo de referência para atuação do sistema SEBRAE e, arranjos produtivos locais. MORELLI, G. (Coord.). SEBRAE, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000. 409p.
SILVEIRA, M. A. T. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001.

SETUR. Secretaria de Estado de Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/>. Acesso em: 20 de Dez. de 2010.

STORPER, M. Territorialização numa economia global. Possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In Lavinas *et al* (orgs.) **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

TROPIA, F. **Turismo no meio rural**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1998.

TULIK, O. O espaço rural aberto à segunda residência. In: CRUZ, L. C. (Org.). **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza: UECE, 1998.

VILELA, M. R. **Sistema agroindustrial: a gestão dos negócios**: programa para o desenvolvimento do pólo agroindustrial do Norte de Minas. FIEMG, 1999.